

A teatralização da política

A propaganda abolicionista

Angela Alonso

Domingo de manhã. A banda toca à porta da *Gazeta da Tarde*, na rua da Uruguaiana. Profissionais liberais, estudantes, jornalistas, artistas, ex-escravos e senhoras se aglomeram. A passeata – banda, bandeira e abolicionistas – vai até o teatro emoldurado de flores, a calçada com folhas, jardins iluminados. A eletricidade encarna a liberdade em contraponto às trevas da escravidão. O recinto lota. Os diretores da Confederação Abolicionista marcham pelo corredor – retratos de ícones na parede – seguidos dos estandartes de associações abolicionistas da Corte como do Ceará. No palco, sentam-se em tronos dourados, cercados de jardineiras. João Clapp, o presidente da Confederação Abolicionista, faz o discurso apaixonado de abertura do evento carioca e anuncia eventos assemelhados e simultâneos: em Fortaleza, organizado pela Sociedade Libertadora Cearense; em Paris, por José do Patrocínio e abolicionistas franceses e, em Londres, de Joaquim Nabuco e correligionários ingleses. Era 25 de março de 1884 e os abolicionistas comemoravam o sucesso de sua campanha pelo fim da escravidão numa província inteira, o Ceará.

Essas celebrações apontam duas características do abolicionismo brasileiro.

O antiescravismo contou com volumosa mobilização popular, que articulou níveis local, nacional e internacional. Drescher (1988) distinguiu dois tipos de abolicionismo: um elitista, que tomou a Europa Continental e outro, anglo-americano, mobilizador. O Brasil representaria, segundo o

autor, caso intermediário. Contudo, como o evento mencionado mostra, os abolicionistas brasileiros dedicaram-se com denoto a manifestações públicas de propaganda antiescravista.

O episódio indica também que o movimento brasileiro modelou-se no interior de uma rede global de ativismo. Os abolicionistas daqui se relacionavam com os estrangeiros, e, retardatários, puderam se valer do conjunto de experiências abolicionistas progressas – suas estratégias de protesto e enquadramentos interpretativos – como um repertório de confrontação (cf. Tilly, 2008), que operou como parâmetro para a organização e o proselitismo brasileiros. Repertório que, contudo, não podia ser simplesmente transposto. Pois, enquanto os movimentos abolicionistas britânicos e norte-americanos se alimentaram de tradições locais protestantes, tanto para legitimação (cf. Davis, 1984), quanto para organização (cf. Stamatov, 2010), o brasileiro deu-se com o catolicismo como religião de Estado, sendo o próprio Estado escravista. Foi preciso adaptar e reinventar formas de mobilização estrangeira para que ganhassem inteligibilidade e eficácia diante de oportunidades políticas e tradição local distintas. Aqui a arte, em vez da religião, moldaria a propaganda.

Oportunidades para a mobilização

A Lei do Ventre Livre, de 1871, suscitou crise nos partidos imperiais e protesto de proprietários. Daí porque os governos subsequentes pouco tenham se empenhado para implementá-la. O Partido Conservador, no governo, investiu em reformas modernizadoras da infraestrutura e do ensino superior, mas deixou a abolição dormitiva. Como o Partido Liberal tinha poucos representantes no Parlamento, sua ala à esquerda, a dos liberais radicais, pôs-se a usar o espaço público para criticar o adversário. Assim contribuiu para a emergência de uma esfera pública, no sentido de Habermas, com jornais e conferências para debate de assuntos públicos para fora das instituições políticas (cf. Carvalho, 2007). Esse espaço público, como a lista de reformas, que trazia a proposta de abolição paulatina da escravidão, foram encampados por reformistas de fora dos partidos, que, em publicações e eventos próprios, ampliaram a crítica às instituições imperiais (cf. Alonso, 2002).

Esses reformistas, incluídos os até então raros abolicionistas, interpretaram o retorno dos liberais ao governo, em 1878, como oportunidade política para reintroduzir a escravidão na agenda parlamentar. Contudo, o

gabinete Sinimbu abordou o assunto na linha dos “braços”, questão de mão de obra, não de cidadania, passível de ser solucionada com nova servidão, de chineses. Os abolicionistas, então, perceberam que teriam que agir por fora das instituições. Se os liberais tinham usado o espaço público para demandar reformas políticas, teriam de aceitar, sendo governo, manifestações públicas em prol de reformas sociais.

Em busca de um repertório

Em 1879, André Rebouças, membro da elite social, empresário e professor da Escola Politécnica, que desde 1868 fazia propaganda abolicionista por *lobby*, aliou-se a Vicente Ferreira de Souza, médico recém-diplomado da Bahia e professor de latim e filosofia no Colégio Pedro II, e a José do Patrocínio, ex-estudante de medicina que, via casamento, adquirira um jornal médio e oposicionista da Corte, a *Gazeta da Tarde*. Três mulatos, abolicionistas por razões variadas (cf. Alonso, 2011), que ante a impassibilidade do governo Sinimbu, decidiram mobilizar a opinião pública contra a escravidão.

Propaganda de fonte dupla. Além das conferências dos liberais radicais, o precedente doméstico foi o ciclo de mobilização (cf. Tarrow, 1995, p. 142) pré-Lei do Ventre Livre, entre 1868 e 1871. Embora pequeno e de elite, fomentou associações e eventos pró-abolição, caso das cerimônias ritualizadas de entrega de alforrias, obtidas por doação, que Abílio Borges, educador e membro da elite imperial, fez na Bahia com sua associação abolicionista Libertadora 7 de Setembro.

Outra fonte foi o repertório abolicionista mundial. O “modelo continental”, francês, elitista, restringiu-se ao sistema político (cf. Jennings, 2006), mas o anglo-americano foi mobilizador, combinando ações parlamentares e campanha pública via jornais, panfletos, associações, *meetings* (cf. Drescher, 1980). Nesse mercado, Patrocínio, sem acesso ao sistema político, não podia ir pela via francesa e, na falta de base social para cogitar revolução – a terceira via era a rebelião escrava de São Domingos –, optou pela mobilização popular à anglo-americana.

Mas pesavam diferenças. As tradições locais protestantes tinham dado base organizacional – as associações quaker (cf. Drescher, 1980; Stamatov 2010) – e fonte litúrgica para a mobilização anglo-americana, com engajamento de pastores e uso das igrejas para suas cerimônias de propaganda. Embora inseminadas por celebrações laicas e aristocráticas (cf. Rugemer, 2008, pp. 224-38), as formas de mobilização antiescravista tinham núcleo

religioso, legitimadas por fusão da noção de progresso, de pensadores europeus dos séculos XVIII e XIX, com a ética protestante (cf. Davis, 1984, pp. 122 ss.), de modo que o “antiescravismo pode ser visto como uma forma secularizada ou semissecularizada de evangelismo cristão” (Temperley, 1981, p. 32). A religião estruturou o proselitismo abolicionista anglo-americano.

No Brasil foi diferente. A ideia de progresso motivou o abolicionismo, na linha da “política científica”, secular e crítica da Igreja Católica – instituição anacrônica a ser destruída pela “marcha da civilização” (cf. Alonso, 2002). O argumento moral antiescravista valeu-se de *ethos* humanitário universalista, e o cristianismo foi fonte apenas suplementar. As instituições religiosas não funcionavam aqui como foco de ativismo da sociedade civil qual no mundo anglo-saxão, pois a estrutura eclesiástica católica era braço da burocracia pública, e, como funcionários públicos, os padres brasileiros, ao contrário dos pastores norte-americanos, não eram independentes – irmandades e clérigos antiescravistas foram exceções da regra de sacerdotes proprietários de escravos. Como religião de Estado, o catolicismo devia legitimar as instituições do Império, incluída a escravidão. Por isso, a religião compareceu comparativamente pouco na montagem da propaganda abolicionista; o catolicismo, avaliou Patrocínio, seria “mais fraco que o protestantismo” na deslegitimação da escravidão (*apud* Associação Central Emancipadora, 1880b, pp. 30-31).

Como a tradição nacional obstasse transferir *ipsis litteris* o método das cerimônias religiosas anglo-americanas, Patrocínio e Rebouças tiveram de reinventar o método em bases seculares. Coisa que seus vizinhos já faziam. As colônias espanholas de Porto Rico e Cuba viviam conjuntura aparentada, economias agroexportadoras, com a escravidão entranhada em volume, profundidade e intensidade similares aos brasileiros, e em proximidade temporal: nos anos de 1870, o processo abolicionista estava encerrado na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França, mas seguia aberto na Espanha, cujas discussões de legislação emancipacionista para Porto Rico e Cuba correram *pari passu* com as brasileiras. Abolicionistas hispânicos, como os brasileiros, viam-se ante um sistema político fechado, que dificultava criar um partido reformista, e enfrentavam instituições religiosas em vez de contar com elas (cf. Corwin, 1967, p. 166). Similaridades que põem os casos em flagrante paralelo e torna surpreendente a falta de literatura comparativa. Os abolicionistas, sim, atentaram para a semelhança. Os que circularam pela Europa nos anos de 1870, como Rebouças, viram ou leram sobre as *conferencias antiesclavistas* que a Sociedade Abolicionista Espanhola organizava no Theatro de Variedades de Madri (cf. Schmidt-Nowara, 1999, pp. 99 ss.).

Encontrando fechada a porta da Igreja, os abolicionistas brasileiros entrariam pela hispânica: as cerimônias antiescravistas seculares no espaço público dos teatros. Mas reinventariam o modelo de que se apropriavam. Mais que espaço de reunião, o teatro daria a forma de expressão da mensagem antiescravista.

Conferências-concertos

Combinando precedente nacional e modelo estrangeiro, Rebouças, Patrocínio e Souza se puseram a organizar campanha de persuasão da opinião pública. Para cerimônias *à la* Abílio Borges, faltavam fundos. Cogitaram cobrar ingresso, mas quem pagaria para ver entrega de cartas de alforria? Para arrecadar e propagandear, o evento precisava de atrativos. Aí é que, sem contar com as rezas, buscaram as artes.

O teatro era forma popular de entretenimento no Brasil da segunda metade do século XIX. As reformas do gabinete Rio Branco tinham acentuado sua importância, já mais relevante que a igreja como polo de sociabilidade (cf. Freyre, 2003, p. 952). Jornais cobriam peças e divas, e cada capital provincial, de Porto Alegre a Manaus, tinha seu teatro (cf. Holanda, 2010). Espaço elástico, a abrigar óperas e vaudevilles, música de câmara e orquestras, gente de estirpe e do *demi-monde*, mundanismo e programa-família, flerte e política. Um universo de que Patrocínio e Rebouças eram íntimos. O segundo era *habitué* das óperas, o primeiro, rei da boemia. Juntando seus talentos e redes de relações, apropriaram-se da fórmula hispânica. O teatro seria, calcularam, suporte organizacional e espaço público mais atraente do que as escolas – o palco das “cerimônias” de Borges nos anos 1860 – para a propaganda abolicionista. Rebouças, cortesão, tinha o traquejo das galas, dilatou o sentido das “cerimônias” para o lado da música de concerto. Patrocínio o esticou na direção do café-concerto: tinha as manhas do discurso de improviso nos brindes e rede de relações com donos de teatros e artistas sem carreira, nem carteira. Levou seus empregados da *Gazeta da Tarde*, escritores, poetas e atores, como o comediante Francisco Correia Vasques – outro mulato. Gente de refinamento relativo, que contrabalançou a pompa de Rebouças e a sisudez de Vicente de Souza. Mãos na massa, uma no erudito, outra no popular, adotaram o teatro como espaço de propaganda.

Quem primeiro deu a cara foi Vicente de Souza, a 23 de março de 1879, no Teatro São Luiz, com apoio logístico da Imperial Associação Tipográfica Fluminense e da Sociedade Ensaios Literários. Eventos posteriores espocaram

avulsos, até o tino planejador de Rebouças amarrá-los como “Conferências Emancipadoras”. A primeira sob esse nome, a 25 de julho de 1880, no mesmo lugar, e com mesmo orador, teve entrega de uma carta de liberdade no palco (cf. Associação Central Emancipadora, 1880b, p. 3). Como registrou no mesmo dia em seu diário, Rebouças levou Carlos Gomes para assistir, e noutra, em agosto, pôs o maestro no palco, a libertar escrava sua¹. Como Patrocínio evitasse as praticidades, sobrou para Rebouças – com seu pendor para elas – e para Souza as tratativas para fundar a Associação Central Emancipadora (ACE), conforme Rebouças registrou em seu diário, a 2 de agosto², que passou a tocar as conferências, com horário fixo, aos domingos.

Rebouças, como informa seu diário, a 5 de julho de 1879, fazia a logística, administrava doações e gastos, expedia convites e noticiava os eventos na *Gazeta da Tarde*. Assegurava respeitabilidade trazendo aristocratas provectoros com pendor reformista, conhecidos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Era o caso de Beaurepaire Rohan e de Nicolau Joaquim Moreira, um sobrevivente do embrião de propaganda abolicionista dos anos de 1850; a Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização dos Índios (Associação Central Emancipadora, 1880c, p. 21) e mais políticos liberais, declarados emancipacionistas nos debates acerca da Lei do Ventre Livre, como Silveira da Mota³. Vicente de Souza trazia alunos e Patrocínio, artistas, além de arranjar adiante, a preço módico ou camaradagem, outros teatros – Recreio, Dramático, Polytheama.

As conferências tinham um ou dois oradores e plateia de “senhoras e senhores”. De julho de 1880 a julho de 1881, foram 43. Em 17 delas discursou Vicente de Souza, em 18, Patrocínio. Falavam de “abolição já e sem indenização alguma” (*apud* Associação Central Emancipadora, 1881a, p. 4). Mas a pauta era ampla: inefetividade da Lei do Ventre Livre, maus tratos a escravos, ataques à religião de Estado. Nicolau Moreira discursava também, sintonizado com Rebouças, cujos artigos para o *Jornal do Comércio*, de 1874 e 1875, *Agricultura nacional*, citava, para delatar o “feudalismo bárbaro” e pedir “a subdivisão do solo e a criação da democracia rural”; “fazendo por meio de leis equitativas surgir o pequeno e o médio proprietários” (Moreira *apud* Associação Central Emancipadora, 1880a, pp. 22, 15). Falas similares saíram diversas vezes de várias bocas nas conferências.

Outro assunto de boca em boca vinha da dupla filiação da maioria dos ativistas, explicitada por Patrocínio, na Conferência 23, a 26 de dezembro de 1880: todo abolicionista devia ser “obrigatoriamente” republicano e vice-versa. Vicente de Souza já o dissera: “[...] nascendo ambos da mesma origem;

1. Alguns excertos inéditos do diário de André Rebouças foram consultados na página eletrônica do Arquivo Digital do Museu Imperial de Petrópolis. Disponível em <<http://187.16.250.90:10358/dami/handle/acervo/258>>.

2. A não ser quando indicado de outro modo, as referências ao diário de André Rebouças foram extraídas da seleta editada por Ana e José Veríssimo, indicadas ao final deste texto como Rebouças (1938).

3. Ver a esse respeito a edição de 5 de maio de 1889 de *Cidade do Rio*.

e subsistindo ambos nos mesmos meios; e tendendo ambos ao mesmo fim; império e escravidão identificam-se [...]”. A retórica do progresso – “a luz do século” – pedia abolição e república e exortava o público à “revolução da propaganda”, para honrar os “mártires da revolução de 1789”. “Sou revolucionário” (Souza, 1879, pp. 10, 24-25, 30, 52-53). Em contraste com o abolicionismo anglo-americano, em lugar da religião, símbolos da revolução francesa: falas encerradas com a Marselhesa (cf. Associação Central Emancipadora, 1881a).

Outras músicas embalaram o abolicionismo. A 5 de setembro de 1880, um padrão se firmou: “esta conferência foi a primeira, em que se iniciou o importante auxílio de uma parte concertante e musical” (Associação Central Emancipadora, 1880b, p. 5). Na de 20 de janeiro de 1881, as artes atingiram o âmago da propaganda: a conferência era um concerto. Neste dia, ouviram-se duas peças de Verdi; uma de Donizetti; uma fantasia da ópera *Martha*, de Friedrich von Flotow; e outra de Arthur Napoleão, na voz de Cacilda de Souza, a esposa cantora de Souza (cf. Associação Central Emancipadora, 1881b, p. 10). A “parte concertante” ficou usual, antes ou depois dos discursos, com lista taluda de artistas. O recurso atraiu mais público: o teatro lotava, às vezes com gente do lado de fora (cf. Associação Central Emancipadora, 1880b, p. 13).

Cristalizava-se a fórmula mater da propaganda na primeira metade dos anos de 1880: misto de espetáculo e comício, estratégia de persuasão e de financiamento, as conferências-concerto⁴. A sede dos eventos impactou o *estilo* da propaganda. O teatro deu a linguagem para exprimir e ritualizar o proselitismo abolicionista.

A preparação das conferências-concerto tomava a semana. A *Gazeta da Tarde* anunciava programa, decoração e artistas do próximo domingo. Em vez de misturar abolicionismo e religião, à moda ianque, a ACE os distinguiu, com horário pós-missa e almoço, o meio-dia. Assim podiam ir as senhoras, sem prejuízo das obrigações tradicionais.

Patrocínio postava na porta irmãs, filhas, esposas de abolicionistas, vestidas de branco, que engolfavam quem parasse; faceiras, extorquiam o donativo. Dentro, o corriqueiro da decoração teatral: flores, bandeiras, escudos, cortinas, tecidos, louros, lenços, luzes, brilhos, dourados, retratos de heróis abolicionistas, qual Victor Hugo, alegorias – a insígnia da *Gazeta da Tarde* – e, por vezes, o barrete frígio republicano⁵. A banda entrava, seguida por Souza, Rebouças, Patrocínio e mais uns seis, solenes, com a bandeira brasileira – até criarem seu próprio estandarte. Ao chegarem ao palco, abriam-se as cortinas⁶.

4. Ao revés de meu foco, a apropriação das artes pela política, Eduardo Silva (2006) investigou a participação de artistas na campanha e apontou a entrega de carta de alforria em espetáculo teatral de Ernesto Rossi, em 1870, como origem das conferências abolicionistas – a “fórmula Rossi”. Contudo, Borges fazia cerimônias do gênero desde 1869.

5. Informações coletadas nas edições de 25 e 26 de maio de 1883, de 26 de junho de 1883 e de 9 de fevereiro de 1884 de *Gazeta da Tarde*.

6. Informações coletadas na edição de 10 de dezembro de 1883 de *Gazeta da Tarde*.

Durava umas três horas. Na parte política, falava João Clapp, filho de norte-americanos emigrados, gerente do Banco do Brasil e dono de loja de porcelana (Gazeta da Tarde, 14/2/1883), que fez quarteto do trio Rebouças-Souza-Patrocínio, depois de conhecer o último numa reunião do Partido Republicano (cf. Magalhães Jr., 1969, p. 91). Pelo meio da década seriam dele as boas-vindas e o relato do ativismo da semana. Falavam também diretores das associações abolicionistas que surgiam, mas o orador principal era Patrocínio:

Quem o viu na tribuna guarda [...] na lembrança a sua estranha figura semibárbara, quase grotesca. Não era um orador de escola, disciplinado e elegante: era um ímpeto. A sua palavra não tinha melodia – era silvo ou rugido; o seu gesto era desmantelado, o seu olhar despedia fagulhas. Avançava, recuava, agachava-se, gingava, retraía-se, despejava-se, ficava nas pontas dos pés, arremangado [...] – desmantelo trágico de tormenta (Coelho Neto, 1906).

Quando subia à tribuna, era "impossível" ouvi-lo "sem lágrimas" (Associação Central Emancipadora, 1880b, p. 4). Bravos, palmas, flores, aplausos, "verdadeira ovação" (Associação Central Emancipadora, 1881b, p. 17). Nessa parte "política", campeava a retórica da compaixão, os discursos vinham em esquadro romântico, vocabulário e imagens sentimentais, em apelo à sensibilidade, ao humanismo, à comiseração:

[...] pode haver nada de mais santo e de mais nobre do que estarmos nós, de raça Africana, trabalhando, dia e noite, para livrar nossos irmãos dos bárbaros ferros do cativeiro?! (aplausos gerais). [...] dispostos a tudo, a vencer ou a morrer, pela mais santa das causas; causa que é toda nossa pelo sangue, pela cabeça e pelo coração [Aclamações. Repetidos aplausos] (Patrocínio, 1881, p. 17).

A retórica do progresso – a liberdade como mandamento da civilização – e a do direito – a liberdade como intrínseca à condição humana – completavam a argumentação, que refugava a *ratio* econômica dos escravistas. Para Antonio Pinto, orador a 29 de junho de 1884:

O escravo tem as mesmas faculdades que nós temos, o mesmo coração, os mesmos sentimentos e afetos, e muitas vezes são muito superiores àqueles que se dizem seus senhores. [...] é verdade que a escravidão é um roubo; que o homem não pode escravizar o homem pela igualdade de sua natureza e de seu destino; que todos somos

irmãos, e que a liberdade não se compra e nem se vende, [...] libertemos o escravo por amor da dignidade do homem (Pinto, 1884, pp. 9, 11-12).

Ao fim, como em performances artísticas, o conferencista ganhava buquê⁷. Um entreato cômico de Stragni, Dominicci, Bonafous, Tanti, Ferrari, de companhias italianas, e sobretudo de Francisco Vasques desanuviava o público. Depois, a parte concertante repisava o sentimentalismo dos discursos, com uns quatro artistas. Num dia, quinteto de cordas e duas bandas; noutra, “peças de canto, música clássica, quartetos, trios e romanzas”, valsas italianas⁸, árias do *Fausto*, de Gounod, ou da *Carmen*, de Bizet. Luiza Regadas, o “rouxinol abolicionista”, e companhias líricas, como a Del-Negro, dedo de Rebouças, conviviam com quem Patrocínio trouxesse: tangos, zarzuelas, lundus e o maxixe, que Chiquinha Gonzaga inventava, maestrina no concerto de instalação do Centro Abolicionista Comercial, regendo orquestra e coro de alunas do Colégio Nossa Senhora do Monte do Carmo. Muito executada era a marcha sinfônica Marselhesa dos Escravos – outra remissão ao republicanismo –, de Cardoso de Menezes⁹. Associações nascentes criavam as suas, como “Hino da Cearense”, do maestro português Gomes Cardim, e era recorrente “O Guarani”¹⁰.

A tradição romântica entrava nas declamações, com preferência para “Navio Negroiro” ou “Vozes d’África”, do finado aluno de Abílio Borges, republicados em 1880:

Hoje em meu sangue a América se nutre
Condor que transformara-se em abutre,
Ave da escravidão.

As artes inseminavam a atmosfera para o clímax. Um escravo sorteado ia ao tablado receber a manumissão comprada com o arrecadado no evento – em média, 300 mil réis (cf. Associação Central Emancipadora, 1880d). Vicente de Souza conduziu um deles: “Trazia pela mão o africano Juvêncio; entregou-lhe a carta de liberdade, e deu-lhe o abraço de Igualdade e Fraternidade, que o batizava cidadão brasileiro. O auditório delirou então de entusiasmo; dos tristes olhos do venerando abolicionista Muniz Barreto correram lágrimas da mais inefável alegria” (Associação Central Emancipadora, 1881b, p. 17).

No palco, o que o escravismo definira como base da ordem política e econômica emergia como opróbrio da nação. A retórica da compaixão dramatizava a injustiça da escravidão e indicava o caminho de reparação, a

7. Informação coletada na edição de 10 de dezembro de 1883 de *Gazeta da Tarde*.

8. Informações coletadas nas edições de 16 de janeiro, 9 de fevereiro e de 25 de maio de 1883 de *Gazeta da Tarde*.

9. Informação coletada na edição de 20 de maio de 1888 de *Cidade do Rio*.

10. Informações coletadas nas edições de 17 de março e 25 de maio de 1883 de *Gazeta da Tarde*.

11. Informações coletadas na edição de 27 de julho de 1880 de *Gazeta da Tarde*.

12. Informações coletadas na edição de 26 de junho de 1883 de *Gazeta da Tarde*.

13. Dados coletados nas edições da *Gazeta da Tarde*, entre janeiro de 1879 e maio de 1884.

14. Informação coletada na edição de 17 de março de 1883 de *Gazeta da Tarde*.

transformação da mercadoria em pessoa, como Patrocínio repisava. Efeito poderoso. Preparada por poemas, músicas, encenação, a audiência ia à catarse. Em lágrimas, de pé, aos gritos, “em delírio”, aplaudia, brandia lenços, atirava flores sobre libertador e “libertando”¹¹. Em junho de 1883, quando Patrocínio entregou já não uma, mas 115 cartas de alforria, “os redimidos foram cobertos de flores à medida que recebiam as cartas”¹². Assim a camélia se converteu no símbolo do movimento na Corte.

Sob meia dúzia de nomes – conferência; conferência-concerto; festival; *soirée*; matinê; benefício – a fórmula se espalharia pelo país: de 1879 a 1884, foram 215 eventos, 86 deles conferências-concerto¹³. Em São Paulo, o grupo de Luiz Gama usou o método, em 1882, ao fundar a Caixa Emancipadora Luiz Gama, com sua “festa da liberdade”, no Teatro São José. A banda, qual na Corte, tocou o “Hino da Abolição”¹⁴.

Arte engajada

As artes adentraram a campanha. Sempre que o compadre esteve no Brasil nos anos de 1880, Rebouças o empurrou para conferências-concerto na Corte. Assim, em 1883, Carlos Gomes estrelou evento da Sociedade Nova Emancipadora, no Recife. O maestro foi um na vasta trupe que fez abolicionismo com acordes e trinados, versos e folhetins. Além das conferências-concerto, usavam seus espetáculos para arrecadar para a campanha ou dar cartas de liberdade. “Benefícios” palatáveis para a elite social como filantropia – até a família real eventualmente contribuía. Mas, no meio da década, seu sentido de contestação da ordem escravista ficou notório, quando, ao fim dos espetáculos, abolicionistas, como Patrocínio, passaram a subir ao palco para entregar as liberdades, caso da encenação da *Aida*, de Verdi, em 1886, com cantora lírica russa Nadina Bullicof.

O popularíssimo Vasques e o “rouxinol” Luiza Regadas eram ubíquos. Além de espetáculos de tema antiescravista, fundaram a Associação Abolicionista Artística, arrebanhadora dos que Coelho Neto listou em seu *roman à clef*:

Entre os artistas a ideia tinha fanáticos. Os Bernadelli eram dos mais entusiastas. No teatro: Dias Braga, Vasques, Guilherme de Aguiar, Arêas, Galvão, Peixoto, Mattos, Eugênio de Magalhães, Maia, Ferreira, André, Castro, Suzana, Oudin, Balbina, Clélia. Entre os músicos Pereira da Costa, Miguez, Tavares, Nascimento, a doce Luíza Regadas, alma meiga, o rouxinol da propaganda e Francisca Gonzaga, a maestrina (Coelho Neto, 1899, p. 163).

O próprio Coelho Neto era, como Olavo Bilac e os irmãos Aluisio e Arthur de Azevedo, um dos literatos pendurados no braço e no bolso de Patrocínio, que escreviam romances, peças, poemas, crônicas, notícias e desaforos abolicionistas nos jornais. País afora, a arte entrou na propaganda. Em Porto Alegre, Damaceno Vieira fazia os versos antiescravistas declamados nas conferências (cf. Kittleson, 2005, p. 142). Valentim Magalhães e Amélio Braga versejavam acrônimos rimados para *A Redenção*, em São Paulo. O patrono era Castro Alves, da Bahia, mas sua retórica da insurgência achou seguidor num filho de forros de Desterro (Floriópolis), Cruz e Sousa, que no poema “Da senzala...”, publicado em 1882, trazia a ameaça temida pela elite imperial, a insurgência escrava:

De dentro da senzala escura e lamacenta
 Aonde o infeliz
 De lágrimas em fel, de ódio se alimenta [...]
 Em ímpeto ferino;
 Não pode sair, não,
 Um homem de trabalho, um senso, uma razão...
 e sim um assassino!

Poesias atendiam à pressa de disseminar o repertório moral abolicionista entre a população urbana, sensibilizar para mobilizar. Idem para as peças. Além das muitas encenações do clássico do abolicionismo mundial, *A cabana do pai Tomás*, desde 1879, quando a companhia teatral Guilherme da Silveira correu com ele o país (cf. Magalhães Jr., 1969, p. 78), o tema adentrou a fatura de novas obras. *Corja opulenta: drama abolicionista em 3 atos*, de Joaquim Nunes, encenado em todas as províncias do Norte e na Corte, em 1884, tomava o *topos* do escravo sofredor. Sofre Alice, menina forra pela Lei do Ventre Livre, mas mantida no cativeiro por pai-algoz, que se jacta de simultaneamente engravidar oito escravas e comercializar os resultados (cf. Nunes, 1884, p. 18-19). Jorge, pobre, justo, positivista, vocaliza a retórica do progresso: “[...] como pugnador pela marcha da civilização, cabe-me [...] protestar contra os atos canalhas desses que pretendem esmagar as classes proletárias com o miserável poderio do dinheiro!”. O conflito ultrapassa o plano subjetivo, ganha densidade social. Guerra, o escravocrata, e Tibúrcio, o negociante de escravos, encarnam seus grupos sociais, “misérrimos contrabandistas de carne humana”, “corja opulenta”. Vilões tratados com a retórica da ameaça: “Bem vêes como está ficando o povo brasileiro. Por toda a parte se

ouve: Sou abolicionista! Morram os escravocratas! Viva a abolição!” (Nunes, 1884, p. 22, 32, 35-36, 58). Mas a solução se faz dentro da legalidade: Jorge salva Alice garantindo a execução da lei.

Já em *O escravocrata*, escrito em 1882, por Urbano Duarte e Artur Azevedo, ambos da roda de Patrocínio, Gabriela, sua filha, o namorado da moça e o escravo Lourenço são os bons em face do mau senhor Serafim. Entre os blocos oscila Gustavo, cuja paternidade se revela no clímax: filho da senhora com o cativo. Uma novidade: o escravo negro – em vez da branca *Escrava Isaura* – é digno do amor de aristocrata. Romance sem final feliz: loucura para Gabriela, suicídio para Lourenço, mas Gustavo redime a si e ao público, ao se desvincular do pai social para morrer abraçado ao biológico. Segunda novidade: a tragédia suscita mobilização. Rebelião escrava contra Serafim – será o fim? O desfecho, porém, é conciliador: perdão das vítimas, arrependimento do escravocrata, persuadido pelo futuro genro, que resume as retóricas abolicionistas da compaixão, do direito, do progresso:

[...] a escravidão é a maior das nossas iniquidades sociais, absolutamente incompatível com os princípios em que se esteiam as sociedades modernas. É ela, é só ela a causa real do nosso atraso material, moral e intelectual, visto como, sendo a base única da nossa constituição econômica, exerce a sua funesta influência sobre todos os outros ramos da atividade social que se derivam logicamente da cultura do solo. [...] Cada dia que continua este estado de coisas é uma cusparada que se lança a face da civilização e da humanidade! (Azevedo e Duarte, 1884, p. 15).

Como em *A corja opulenta*, a tensão dramática desloca-se do escravo ao escravocrata e a escravidão surge como *relação de dominação*. Mais oblíquo, *O espelho*, de Machado de Assis, também de 1882, o mostra: não há escravista sem escravos, quando a escravaria foge, o protagonista perde a identidade.

O escravismo reagiu ao ataque letrado, com censura do Conservatório Dramático à peça, por ofensa à moral. Os autores, então, a publicaram, como “um trabalho audacioso de propaganda” (Azevedo e Duarte, 1884, p. 2). Não foi o único caso. Mas não foi a forma consagrada do folhetim romântico o molde da ficção abolicionista dos anos de 1880. Talvez porque, demasiado associado ao escravista José de Alencar, requisitasse contraponto. Aluísio de Azevedo foi dos que se esgueirou pelo romance de tese, evadido de política científica e retórica do progresso. *O mulato*, de 1881, retomou o topos do negro corruptor de costumes de *O demônio familiar*, de Alencar, mas em vez de diabinho Raimundo é herói mestiço, culto, irresistível. Filho

de português com ex-escrava, educado na Europa, funciona como alterego do autor, que toma a ótica da marcha da civilização para delatar a barbárie escravista, qual na descrição das queimaduras que a esposa do pai manda aplicar na genitália da mãe do moço. Outra personagem cruel tanto quanto para com os escravos o repisa no nome: Maria Bárbara.

A ótica científica escavou assunto caro a Rebouças, que pedia imposto territorial e divisão de terras, no *Novo Mundo*, em 1877, no *Jornal do Comércio*, em 1884, e na *Gazeta da Tarde*, em 1887 (cf. Trindade, 2011, p. 268-269). *Os latifúndios*, novela versificada de Hippolyto da Silva, dedicada ao líder do abolicionismo paulista, Luiz Gama, saiu seriada em *A Redenção*, a partir de 13 de outubro de 1887, romanceando a tese de Rebouças: se escravidão, monocultura e latifúndio faziam terceto, era preciso “triangular” e extinguir os parceiros da escravidão com ela.

Aluísio Azevedo era, como Raul Pompéia, pena dúplice, um lado escrevia, o outro desenhava. A caricatura fez propaganda antiescravista pelo achincalhe. Neste campo, o lápis mágico foi do português Ângelo Agostini, amigo de Patrocínio. Teatro, peças e romances atingiam grupos urbanos letrados; já a charge ia, como os versos declamados, onde eles não chegavam: Nabuco (1949) definiu a *Revista Ilustrada* como a “bíblia” abolicionista dos iletrados. Nela Agostini retratou a luta inteira, que se poderia contar só por seus desenhos. O teatro apelava às lágrimas, o romance à razão, a charge desmontava pelo riso.

Todas as artes dramatizaram, deslegitimaram o escravismo e difundiram o repertório moral abolicionista: a escravidão como ilegal, imoral, anacrônica. O uso político de fórmulas artísticas familiares desestabilizou convenções sociais ao incitar o estranhamento contra a ordem “natural” das coisas. A posse de escravos, de signo de distinção social, converteu-se em estigma, enquanto o ato de emancipar passou a emblema de fidalguia d’alma. O proprietário, de senhor paternal se transmutou em figura vil, atrasado na marcha da civilização, enquanto o escravo, antes bárbaro, resurgiu “escravizado”, vítima de instituição social injusta. Arte engajada, mas não revolucionária. O macroenquadramento interpretativo (cf. Snow e Benford, 2000) do antiescravismo foi uma *retórica da redenção*: a abolição, ao extinguir a relação senhor-escravo, resgataria a ambos.

Por meio de conferências-concerto, linguagem, formas, fórmulas e recursos artísticos os abolicionistas dramatizaram a escravidão, sensibilizaram a opinião pública e até mesmo converteram parte dela ao ativismo: “Os escravocratas desdenhavam das nossas conferências, das nossas flores, dos

nossos versos e das nossas músicas (muito bem), e achavam que os versos e as músicas não podiam edificar coisa alguma; entretanto, eles hoje estão vendo que com discursos e com músicas fazem-se coisas muito grandes” (Confederação Abolicionista, 1884, p. 14).

O respeitável público

As conferências-concerto ficaram corriqueiras na primeira metade da década de 1880 na Corte. Clapp (*apud* Confederação Abolicionista, 1884, p. 8) as comemorou como “seguro meio de identificar o povo com as nossas ideias”. Apoio expressivo. No Polytheama cabiam 2 mil pessoas e os jornais reportavam sempre lotação máxima. Quem eram?

Schmidt-Nowara (1999, p. 74) associa a mobilização abolicionista na Espanha à emergência de uma “cultura associativa de classe média”. Em sociedade estamental como a nossa não podia haver coisa parecida; o dinamismo econômico produzia grupos diversificados, mas eles ficavam abafados pela lógica estamental, sem que uma sociedade de mercado se efetivasse em plenitude. Ativistas e apoiadores do abolicionismo na década de 1880 não vieram de um só, mas de uma variedade de estratos sociais. Havia gente bem nascida e bem posta, como os advogados, caso de José Américo dos Santos (cf. Associação Central Emancipadora, 1881b); aristocratas modernizantes, como Domingos Nogueira Jaguaribe Filho, filho de senador (*Cidade do Rio*, 5/5/1889). Era o naco da elite social já laçado pelas cerimônias de Borges.

Os eventos de Rebouças e Patrocínio adensaram esse apoio, garimpando-o nos estratos sociais médios e baixos. Parte expressiva dos ativistas tinha modo de vida desvinculado da escravidão. O tráfico interprovincial aglomerou escravos nas regiões de agronegócio e nas famílias de mais posses, desde os anos de 1850. Grande contingente de alocados no funcionalismo público, nas profissões liberais, nos pequenos negócios, como Clapp, dono de loja, e José de Seixas Magalhães, fabricante de malas, passaram a ter poucos ou nenhum escravo. De outro lado, a modernização incompleta do gabinete Rio Branco, no início dos anos de 1870, dilatou o acesso às faculdades imperiais para o “talento” de jovens nascidos fora do estamento dominante, dando-lhes o diploma, moeda de acesso aos postos de elite, mas sem a contraparte, o emprego. Essa gente malsucedida nos meandros da política estamental do Império inclinou-se a contestar o *status quo* (cf. Alonso, 2002). No serviço de convertê-los em frequentadores das conferências-concerto, Rebouças, Patrocínio e Souza, três homens, três escolas. Rebouças, professor da Poli-

técnica, Souza, da Escola Normal, e Patrocínio, expelido da Medicina, mas com amigos lá, arrastaram alunos e professores, como os positivistas Álvaro de Oliveira e Ennes de Souza¹⁵.

Patrocínio trazia jornalistas, escritores e profissionais de teatro, mariposas de sua *Gazeta da Tarde*, polo principal, mas vinham também os empregados de toda a nova imprensa de porte médio da Corte, da *Gazeta de Notícias*, de *O Globo*, da *Revista Ilustrada*, adiante de *O País*, com seus lotes de pretendentes a políticos sem chances de candidatura ao parlamento. Quintino Bocaiúva foi um desses, com os pés na campanha republicana, mas dando mão e espaço a Rebouças e Patrocínio.

Estudantes e artistas vieram ao abolicionismo como iam para o republicanismo, aos magotes. Caso também de membros do exército, como Benjamin Constant – conhecido de Rebouças desde a guerra do Paraguai –, seus alunos da Escola Militar e oficiais de baixa patente. Assim, as conferências abrigavam “toda a flor do talento, do saber e do caráter nacional”¹⁶.

Olhando a profissão de 254 abolicionistas atuantes no Rio de Janeiro entre 1880 e 1888, Bergstresser (1973, p. 51) observou empregados públicos, advogados, homens de negócio, da marinha e do exército, engenheiros, cientistas, farmacêuticos, dentistas, jornalistas, escritores, professores de escola pública, músicos – e até um fazendeiro. A eles cabe somar pequenos comerciantes, estudantes e artistas. Embora com opções de carreira limitadas na sociedade imperial, eram remediados, dentro do perímetro da “escolhida sociedade”¹⁷, afinal letrados e encasacados.

Contudo, a assistência incluía também, como se pode ler nas edições da *Gazeta da Tarde* ao longo dos anos de 1880, gente de menos fumos, homens livres de profissões e posições sociais subalternas: caixeiros empregados do comércio, tipógrafos, solicitadores, jornaleiros, copeiros e cozinheiros. Vicente de Souza saudava os artesões: “sois filhos do povo, pobres, laboriosos” (*apud* Associação Central Emancipadora, 1880d, p. 45). Havia desclassificados políticos da sociedade imperial: imigrantes portugueses mal postos; negros, mestiços livres e libertos, mulheres e crianças. As 22 das 26 associações formadas no Rio de Janeiro, entre 1880 e 1885, das quais foi possível identificar o perfil dos membros, ilustra a multiplicidade de apoio social que o movimento adquiriu: quatro de artistas de teatro (sendo duas mulheres) e escritores; quatro de estudantes e/ou professores; dois de advogados; um de jornalistas; quatro de senhoras e/ou crianças; dois de tipógrafos; um de empregados do comércio; um de imigrantes portugueses; um de libertos e até mesmo um do Club Abolicionista da Classe Culinária Confederada.

15. A esse respeito, ver a edição de 5 de maio de 1889 de *Cidade do Rio*.

16. Informação coletada na edição de 5 de maio de 1889 de *Cidade do Rio*.

17. A esse respeito, ver a edição de 26 de maio de 1888 de *Cidade do Rio*.

O movimento cabe mal nas caselas “elitista” e “popular”. Teia complexa. A dificuldade de classificar se constata na questão de gênero. A presença do “sexo gentil”, ao qual o direito de voto era vedado, é por si de monta. Mas as mulheres não adentraram o abolicionismo como bloco. Estratificaram-se, como na sociedade imperial, entrando por três portas. A consagrada, da filantropia: as senhoras de alta extração, sem serviço doméstico, nem carreira, dedicadas a causas beneméritas, criaram sociedades de libertação de escravas jovens, como a Sociedade Redentora da Criança Escrava, fundada em São Paulo pela senhora Martim Francisco, e a Aves Libertas, de dona Olegarinha Mariano e amigas de estirpe, no Recife. Outra possibilidade era entrar de braço com marido, pai, irmão, cunhado abolicionista. Assim nasceu o Clube José do Patrocínio, liderado por sua esposa, Bibi. Senhoras entretidas em lidas “femininas”, decorar salão, coletar doações, vender prendas e ingressos, tocar piano, cantar e recitar. Era o caso da cunhada de Patrocínio, Rosália Sena, da esposa de Vicente de Souza, de mulher e filhas de Clapp. Rebouças se referia a essa audiência aburguesada como “Família Abolicionista”. Mas a disponibilidade biográfica (cf. McAdam, 1989) dessas senhoras respeitáveis era menor que a de artistas, cantoras, escritoras, atrizes, instrumentistas, como Chiquinha Gonzaga e Luiza Regadas, que, solteiras, separadas ou casadas com artistas, em meio mais liberal quanto aos costumes, participavam da vida pública sem os impedimentos da família patriarcal.

Os varões conclamavam-nas. Patrocínio criou na *Gazeta da Tarde*, em janeiro de 1884, a coluna “É a mulher brasileira escravocrata?”. Ali Aluísio Azevedo (*Gazeta da Tarde*, 29/1/1884) as instigou ao abolicionismo e Clapp ideou a *matinée musicale* exclusiva delas:

[...] dia de grande gala para o Partido Abolicionista. Não foi uma conferência; foi um verdadeiro Festival pela profusão de música, de poesias, de flores, de moças e de meninas. [...] Todos os camarotes estavam quase exclusivamente cheios de senhoras; até nas cadeiras e nas galerias havia ilustres representantes do belo sexo (Associação Central Emancipadora, 1881b, p. 19).

Os abolicionistas convocaram-nas para avolumar a campanha, como para protegê-la de ameaças escravistas, mas as mulheres acharam outros lugares para além de escudo. Indo às conferências-concerto como quem vai à ópera, muitas passaram de politicamente incapazes a cidadãs da política das ruas. Josefa Agueda Mercedes de Oliveira, das poucas estudantes da Faculdade de Medicina, orou em conferência-concerto, em 1884. Voz tremida, mas

em condição equivalente à masculina, para *frisson* da audiência feminina¹⁸. Isso na capital, onde se suporia tolerância, como em metade das províncias do Império: ao longo da campanha foram seis sociedades mistas e 21 exclusivamente femininas.

Com as mães, vieram os filhos. A atriz gaúcha Julieta dos Santos, de *Corja opulenta*, tinha 10 anos; outras meninhas, como Cândida, recitavam nas conferências e o garoto Mário Barbosa de Andrade discursou no Club Guttemberg¹⁹. Contrastava-se a pureza infantil com a sordidez da escravidão.

Participação é diferente de igualdade e abolicionismo não é feminismo. A hierarquia de gênero, marcadíssima na sociedade imperial, irrompia no movimento, com juízos moralistas de certos ativistas. Porém, ao envolver mulheres e crianças, o movimento atacou a escravidão onde ela era tão forte quanto silenciosa, em casa. Politizou a vida privada.

A maior das transgressões das conferências foi trazer os escravos para a política. Rebouças sonhava espalhar escolas para ex-escravos pelo país, mas foi Clapp quem criou o Club dos Libertos de Niterói, baluarte e modelo de empreendimentos similares, como a Escola Noturna Gratuita, do Club Abolicionista Gutenberg. A Escola Noturna da Cancellaria abriu em 1881, e a *Gazeta da Tarde* conclamava os abolicionistas a fundarem suas próprias escolas²⁰. Escolas de letras com professores abolicionistas, de modo que entravam, caso de Abel Trindade²¹, escravos analfabetos e saíam livres e ativistas.

Consequências

Três consequências do que foi apresentado se impõem. A primeira é que por meio das conferências-concerto os abolicionistas sensibilizaram o público urbano para com os horrores da escravidão. A propaganda artisticamente orientada transformou a escravidão, antes experimentada como estilo de vida usual e ordem natural das coisas, em mal moral, a suscitar compaixão e repulsa. As artes difundiram novo “repertório moral” (cf. Halfmann e Young, 2010), que transmutou o escravo de mercadoria em pessoa escravizada. Assim, as conferências alteraram os afetos coletivos; neste sentido, foram decisivas para o crescimento da aceitação pública da abolição e da adesão à própria mobilização.

Um segundo efeito foi a expansão do público político. A propaganda abolicionista foi mais inclusiva do que sua sucedânea hispânica, cuja campanha pela abolição em Cuba e Porto Rico se dirigiu aos setores médios da Espanha (cf. Schmidt-Nowara, 1999, p. 87). Ao criar forma de fazer

18. A esse respeito, ver a edição de 28 de janeiro de 1884 de *Gazeta da Tarde*.

19. A esse respeito, ver as edições de 12 de fevereiro de 1883 e de 9 de fevereiro de 1884 de *Gazeta da Tarde*.

20. A esse respeito, ver as edições de 10 de fevereiro, de 9 de março e de 14 de abril de 1883 de *Gazeta da Tarde*.

21. Como informa a edição de 26 de junho de 1883 de *Gazeta da Tarde*.

política acessível a gênero (as mulheres), gerações (jovens e crianças) e estratos sociais subalternos, o abolicionismo brasileiro desafiou a tradição imperial e dilatou o espectro de praticantes da política. As conferências-concerto criaram o apoio público necessário para pressionar as instituições políticas e sustentar os poucos abolicionistas dentro dela, como Joaquim Nabuco. Inauguraram, no Brasil, a “política popular”, termo com o qual Tilly (2008) qualifica o ativismo dos cidadãos comuns no espaço público, distinto da política aristocrática no parlamento. A opção pela propaganda mobilizadora da opinião pública urbana aproxima o movimento brasileiro do anglo-americano.

Mas, terceiro ponto, nosso abolicionismo se apropriou do repertório estrangeiro disponível, com adaptações impostas pelas circunstâncias nacionais. O catolicismo como religião de Estado impediu a pura emulação do ativismo religiosamente orientado dos anglo-americanos. A tradição imperial obrigou o movimento a evitar a religião como matriz discursiva principal e a Igreja como base organizacional. Vingou a inspiração secular da propaganda hispânica no teatro. Contudo os brasileiros foram além, encamparam a fórmula dramaturgica como via de expressão política, donde a onipresença de música, flores, atores, cantores e recursos cênicos nos atos de protesto. Embora as conferências-concerto não tenham sido a única estratégia na campanha, foram a principal e decisiva na fase inicial e na guerra simbólica à escravidão. Suscitaram a mobilização e definiram um estilo peculiar para o ativismo brasileiro, uma teatralização da política²².

Tilly (2008, p. 28) ressalta que mudanças nas oportunidades políticas afetam os repertórios de ação coletiva, mas abre pouco espaço para a maneira pela qual as tradições políticas locais restringem as escolhas dos atores entre elementos de dado repertório. O abolicionismo brasileiro evidencia como uma tradição política local – conjunto de instituições, valores e práticas sociais de legitimação do *status quo* – circunscreve opções e impõe operações de reinvenção. Ao transpor o repertório abolicionista estrangeiro para novo contexto, os brasileiros tiveram suas alternativas limitadas não só pelas oportunidades políticas como pelo catolicismo. O caso mostra que se certas estratégias de protesto, como boicote e abaixo-assinado, são “modulares”, transferíveis de um contexto a outro, qual formas vazias, como argumenta Tarrow (1998, p. 37-41), outras não o são. Nas manifestações abolicionistas brasileiras, a tradição local redefiniu radicalmente a forma de manifestação extraída do repertório ocidental. Em vez de replicar um modelo estrangeiro, os brasileiros o reinventaram. Apropriação gerou inovação.

22. “Carnavalização” (cf. Conrad, 1975; Drescher, 1980) é excessivo, pois os eventos eram solenes, vizinhos da ópera.

Referências Bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO CENTRAL EMANCIPADORA. (1880a), *Boletim*, 1, set.
- . (1880b), *Boletim*, Rio de Janeiro, 2, out.
- . (1880c), *Boletim*, Rio de Janeiro, 3, nov.
- . (1880d), *Boletim*, Rio de Janeiro, 4, dez.
- . (1881a), *Boletim*, Rio de Janeiro, 5, jan.
- . (1881b), *Boletim*, Rio de Janeiro, 8, mar.
- ALONSO, Angela. (2002), *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra.
- . (2011), “O triângulo negro da abolição: Gama, Rebouças, Patrocínio”. Disponível em <http://moodle.stoa.usp.br/file.php/1416/o_triangulo_negro_da_abolicao.pdf>, consultado em 19/10/2012.
- AZEVEDO, Artur & DUARTE, Urbano. (1884), *O escravocrata: drama em 3 atos*. Disponível em <<http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/arturazevedo/oescravocata.htm>>, consultado em 17/10/2012.
- BERGSTRESSER, Rebecca. (1973), *The movement for the abolition of slavery in Rio de Janeiro, Brazil. 1880-1889*. Stanford, tese de doutorado. Departamento de História da Universidade de Stanford.
- CARVALHO, José Murilo de. (2007), “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”. In: ——— (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. São Paulo, Civilização Brasileira.
- COELHO NETO, Henrique M. (1899), *A conquista: episódios da vida literária*. Rio de Janeiro, Laemmert.
- . (1906), “Discurso de recepção ao acadêmico Mário de Alencar”. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8349&csid=94>>, consultado em 17/10/2012.
- CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA. (1884), *Relatório do estado e das operações da Confederação Abolicionista apresentado a assemblea geral annual de seus membros em 12 de maio de 1884 por seu presidente João F. Clapp acompanhado do Parecer da Comissão de exame de contas e balanço do movimento de capitães*. Rio de Janeiro, Typografia Central de Evaristo da Costa.
- CONRAD, Robert. (1975), *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CORWIN, Arthur. (1967), *Spain and the abolition of slavery in Cuba, 1817-1886*. Austin, The University of Texas Press.
- CRUZ e SOUSA, João. (1993), *Poesia completa*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura/ Fundação Banco do Brasil.

- DAVIS, David Brion. (1984), *Slavery and human progress*. Nova York, Oxford University Press.
- DRESCHER, Seymour. (1980), "Two variants of anti-slavery: religious organization and social mobilization in Britain and France 1780-1870". In: BOLT, Christine & DRESCHER, Seymour (orgs.). *Anti-slavery, religion, and reform: essays in memory of Roger Anstey*. Folkestone, UK; Hamden, Conn., W. Dawson/ Archon Books, pp. 43-66.
- . (1988), "Brazilian abolition in comparative perspective". *The Hispanic American Historical Review*, Pittsburgh, 68 (3): 429-460.
- FREYRE, Gilberto. (2003), *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo, Global.
- HALFMANN, Drew & YOUNG, Michael P. (2010), "War pictures: the grotesque as mobilizing tactic". *Mobilization: An International Quarterly Issue*, 15/1: 1-24.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. (2010), *Capítulos de história do Império: manuscritos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- JENNINGS, Lawrence C. (2006), *French anti-slavery: the movement for the abolition of slavery in France, 1802-1848*. Cambridge, UK/Nova York, Cambridge University Press.
- KITTLESON, Roger A. (2005), *The practice of politics in postcolonial Brazil: Porto Alegre, 1845-1895*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. (1969), *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro, Sabiá.
- MCADAM, Doug. (1989), "Biographical consequences of activism". *American Sociological Review*, Washington, 54 (5): 744-60.
- NABUCO, Joaquim. (1949), *Minha formação*. 1ª edição 1900. São Paulo, Jackson Editores.
- NUNES, Joaquim. (1887), *Corja opulenta: drama abolicionista em 3 atos*. Rio de Janeiro, Typografia Polytechnica de Moraes e Filhos.
- PATROCÍNIO, José do. (1881), "Conferencia n. 27. Teatro S. Luiz, domingo, 30 de janeiro de 1881". *Boletim da Associação Central Emancipadora*, Rio de Janeiro.
- PINTO, Antonio. (1884). *Discurso proferido pelo deputado Antonio Pinto no Theatro Polytheama em 29 de junho de 1884*. Rio de Janeiro, Central de Evaristo da Costa.
- REBOUÇAS, André. (1938), *Diário e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro, J. Olympio.
- SOUZA, Vicente de. (1879), *Conferência realizada no Theatro S. Luiz em benefício da Associação Typografica Fluminense, em 23 de março de 1879. Tese: o Império e a escravidão; o parlamento e a pena de morte*. Rio de Janeiro, Typografia Molarinho & Montalverne.
- RUGEMER, Edward Bartlett. (2008), *The problem of emancipation: the Caribbean roots of the American civil war*. Baton Rouge, Louisiana State University Press.

- SCHMIDT-NOWARA, Christopher. (1999), *Empire and anti-slavery: Spain, Cuba, and Porto Rico, 1833-1874*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- SILVA, Eduardo. (2006), “Resistência negra, teatro e abolição da escravatura”. Trabalho apresentado na XXVI Reunião Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Rio de Janeiro.
- SILVA, Leonardo Dantas (org.). (1988), *O Abolicionista: órgão da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*. Recife, Massangana.
- SNOW, David & BENFORD, Robert. (2000), “Framing processes and social movements: an overview and assessment”. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, 26: 611-39.
- STAMATOV, Peter. (2010), “Activist religion, empire, and the emergence of modern long-distance advocacy networks”. *American Sociological Review*, 75 (4): 607-28.
- TARROW, Sidney. (1995), “Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention”. In: TRAUGOTT, Mark (org.), *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, Duke University Press, pp. 89-116.
- . (1998), *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge, UK/Nova York, Cambridge University Press.
- TEMPERLEY, Howard. (1981), “Ideology of antislavery”. In: ELTIS, David & ALVIN, James (orgs.). *The abolition of the atlantic slave trade: origins and effects in Europe, Africa and the Americas*. Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 21-35.
- TILLY, Charles. (2008), *Contentious performances*. Cambridge, UK/Nova York, Cambridge University Press.
- TRINDADE, Alexandro Dantas. (2011), *André Rebouças: um engenheiro do Império*. São Paulo, Hucitec.

Resumo

A teatralização da política: a propaganda abolicionista

Este artigo argumenta que, ao buscar modelos no repertório abolicionista estrangeiro para construir sua propaganda, os abolicionistas brasileiros viram suas possibilidades de escolha restritas pelas oportunidades políticas locais e pela tradição local católica. Contingências que impediram a simples transposição do modelo de ativismo estrangeiro e conduziram a uma atividade criativa de apropriação, em diálogo com o contexto e a tradição brasileiros. Processo que resultou numa reinvenção, uma vez que as artes, sobretudo o teatro, ganharam na propaganda abolicionista brasileira a proeminência que a religião teve na anglo-americana.

Palavras chave: Movimento abolicionista; Teatro; Repertório; Tradição política; Apropriação.

Abstract

The theatricalization of politics: abolitionist propaganda

This article argues that although Brazilian abolitionists turned to foreign models of abolitionism to develop their own propaganda, their choices were constrained by local political opportunities and the local Catholic tradition. Those contingences prevented any simple transposition of a foreign model of activism and led to a creative appropriation that responded to the Brazilian context and tradition. The process eventually turned into a reinvention, since arts, especially the theater, acquired the same prominence in the Brazilian abolitionist propaganda that religion had obtained in Anglo-American countries.

Keywords: Abolitionist movement; Theater; Repertoire; Political tradition; Appropriation.

Texto recebido em 1/8/2012 e
aprovado em 6/8/2012.

Angela Alonso é professora do
Departamento de Sociologia
da USP e diretora científica do
Cebrap. E-mail: <amalonso115@
gmail.com>.